



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

LEGISLAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE

NÚMERO	DATA	DESCRIÇÃO
<u>LEIS FEDERAIS</u>		
Lei Federal 7.405	12/11/1985	Torna obrigatória a colocação do "Símbolo Internacional de Acesso" em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência e dá outras providências.
Lei Federal 7.853	24/10/1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
Lei Federal 8.160	08/01/1991	Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva.
Lei Federal 8.213	24/07/1991	Também conhecida como Lei de Cotas, define que todas as empresas privadas com mais de 100 funcionários devem preencher entre 2% e 5% de suas vagas com trabalhadores que tenham algum tipo de deficiência.
Lei Federal 8.686	20/07/1993	Dispõe sobre o reajustamento da pensão especial aos deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida, instituída pela Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982.
Lei Federal 8.687	20/07/1993	Retira da incidência do Imposto de Renda benefícios percebidos por deficientes mentais.
Lei Federal 8.742	07/12/1993	Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

LEGISLAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE

NÚMERO	DATA	DESCRIÇÃO
Lei Federal 8.899	29/06/1994	Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.
Lei Federal 8.989	24/02/1995	Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências
Lei Federal 10.048	08/11/2000	Dá prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências.
Lei Federal 10.098	19/12/2000	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Lei Federal 10.182	12/02/2001	Restaura a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis destinados ao transporte autônomo de passageiros e ao uso de portadores de deficiência física, reduz o imposto de importação para os produtos que especifica, e dá outras providências.
Lei Federal 10.216	06/04/2001	Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.
Lei Federal 10.257	10/07/2001	Regulamenta as artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

LEGISLAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE

NÚMERO	DATA	DESCRIÇÃO
		da política urbana e dá outras providências.
Lei Federal 10436	24/04/2002	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras).
Lei Federal 10.741	01/10/2003	Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.
Lei Federal 10.845	05/03/2004	Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências.
Lei Federal 11.126	27/06/2005	Dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.
Lei Federal 11.133	14/07/2005	Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência.
Lei Federal 12.101	27/11/2009	Dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social, e dá outras providências.
Lei Federal 12.190	13/01/2010	Concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida, altera a Lei nº 7.070, de 20 de dezembro de 1982, e dá outras providências.
Lei Federal 12.587	03/01/2012	Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
Lei Federal 12.622	08/05/2012	Institui o Dia Nacional do Atleta Paraolímpico e dá outras providências.
Lei Federal 13.146	06/07/2015	Lei Brasileira de Inclusão – LBI amplia segmentos a atenderem as normas de acessibilidade, cria mecanismos e financiamento e estabelece direitos às pessoas com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

LEGISLAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE

NÚMERO	DATA	DESCRIÇÃO
		deficiência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

LEGISLAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE

NÚMERO	DATA	DESCRIÇÃO
<u>DECRETOS-LEIS FEDERAIS</u>		
Decreto nº 3.048	06/05/1999	Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.
Decreto-lei 3.298	20/12/1999	Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.
Decreto-lei 3.691	19/12/2000	Regulamenta a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que dispõe sobre o transporte de pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual.
Decreto-lei 3.956	08/10/2001	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
Decreto-lei 5.296	02/12/2004	Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
Decreto-lei 5.626	22/12/2005	Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
Decreto-lei 5.645	28/12/2005	Dá nova redação ao artigo 53 do Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.
Decreto-lei 5.904	21/09/2006	Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

LEGISLAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE

NÚMERO	DATA	DESCRIÇÃO
		acompanhada de cão-guia e dá outras providências.
Decreto-lei 6.214	26/09/2007	Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências.
Decreto-lei 6.949	25/08/2009	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.
Decreto-lei 7.037	21/12/2009	Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) e dá outras providências.
Decreto-lei 7.237	20/07/2010	Regulamenta a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social, e dá outras providências.
Decreto-lei 7.512	30/06/2011	Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público (PGMU), e dá outras providências.
Decreto-lei 7.612	17/11/2011	Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limites.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

LEGISLAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE

NÚMERO	DATA	DESCRIÇÃO
<u>LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO</u>		
Lei Estadual 11.263	12/11/2002	Estabelece normas e critérios para a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Lei Estadual 11.887	01/03/2005	Dispõe sobre a adaptação das áreas físicas destinadas ao atendimento direto ao público e dos equipamentos de auto-atendimento, com vistas à acessibilidade e uso por pessoas portadoras de deficiência.
Lei Estadual 12.907	15/04/2008	Consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado de São Paulo.
Decreto Estadual 59.109	22/04/2013	Regulamenta dispositivos do Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, e Resolução ANAC nº 9, de 5 de junho de 2007, alusivos aos procedimentos relativos ao acesso de passageiros com deficiência ou mobilidade reduzida, e dá providências correlatas.
Decreto Estadual 59.591	14/10/2013	Dispõe sobre critérios e procedimentos relativos à participação em concursos públicos de pessoas com deficiência, nos termos da Lei Complementar nº 683, de 18 de setembro de 1992, alterada pela Lei Complementar nº 932, de 8 de novembro de 2002, e dá providências correlatas.
Decreto Estadual 60.075	17/01/2014	Altera a denominação do "Programa Estadual de Atendimento às Pessoas com Deficiência Intelectual", instituído pelo Decreto nº 58.658, de 4 de dezembro de 2012 (*), estabelece as diretrizes e metas para sua implementação e dá providências correlatas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

LEGISLAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE

NÚMERO	DATA	DESCRIÇÃO
Decreto Estadual 60.328	02/04/2014	Dá nova redação a dispositivos que especifica do Decreto nº 60.075, de 17 de janeiro de 2014, que altera a denominação do "Programa Estadual de Atendimento às Pessoas com Deficiência Intelectual", instituído pelo Decreto nº 58.658, de 4 de dezembro de 2012, estabelece as diretrizes e metas para sua implementação e dá providências correlatas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

LEGISLAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE

NÚMERO	DATA	DESCRIÇÃO
<u>NORMAS TÉCNICAS DA ABNT</u>		
NBR 14020:1998	29/01/1998	Transporte - Acessibilidade a pessoa portadora de deficiência - Trem de Longo Percurso.
NBR 14273:1999	01/03/1999	Acessibilidade da pessoa portadora de deficiência no transporte aéreo comercial.
NBR 13994:2000	30/06/2000	Elevadores de passageiros - Elevadores para transporte de pessoa portadora de deficiência.
NBR 14970-1:2003	01/09/2003	Acessibilidade em veículos automotores - Parte 1 - Requisitos de Dirigibilidade.
NBR 14970-2:2003	01/09/2003	Acessibilidade em veículos automotores - Parte 2 - Diretrizes para avaliação clínica de condutor com mobilidade reduzida.
NBR 14970-3:2003	01/09/2003	Acessibilidade em veículos automotores - Parte 3 - Diretrizes para avaliação da dirigibilidade do condutor com mobilidade reduzida em veículo automotor apropriado.
NBR 16001:2004	30/12/2004	Responsabilidade Social - Sistema da gestão.
NBR 15250:2005	29/01/2005	Acessibilidade em caixa de auto-atendimento bancário.
NBR 14021:2005	31/07/2005	Transporte - Acessibilidade no sistema de trem urbano ou metropolitano.
NBR 15290:2005	30/11/2005	Acessibilidade em comunicação na televisão.
NBR 15320:2005	30/01/2006	Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

LEGISLAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE

NÚMERO	DATA	DESCRIÇÃO
NBR 15450:2006	02/01/2007	Acessibilidade de passageiros no sistema de transporte aquaviário.
NBR 15599:2008	25/09/2008	Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços.
NBR 15655-1:2009	08/02/2009	Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida – Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional Parte 1: Plataformas de elevação vertical (ISO 9386-1,MOD).
NBR 14022:2009	20/03/2009	Acessibilidade em veículos de características urbanas para o transporte coletivo de passageiros. Complementada pela NBR 15570.
NBR 15570:2009	20/03/2009	Transporte — Especificações técnicas para fabricação de veículos de características urbanas para transporte coletivo de passageiros
NBR 12892:2009	12/06/2009	Elevadores unifamiliares ou de uso restrito à pessoa com mobilidade reduzida - Requisitos de segurança para construção e instalação.
NBR 26000:2010	01/12/2010	Diretrizes sobre responsabilidade social.
NBR 15208:2011	08/09/2011	Aeroportos - Veículo autopropelido para embarque/desembarque de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida — Requisitos.
NBR 9050:2015	11/10/2015	Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
NBR 15646:2016	12/01/2016	Acessibilidade — Plataforma elevatória veicular e rampa de acesso veicular para acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em veículo de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

LEGISLAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE

NÚMERO	DATA	DESCRIÇÃO
		transporte de passageiros de categorias M1, M2 e M3 — Requisitos.
NBR 16537:2016	17/06/2016	Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

LEGISLAÇÃO SOBRE ACESSIBILIDADE

NÚMERO	DATA	DESCRIÇÃO
<u>RESOLUÇÃO CONTRAN</u>		
236/2007	11/05/2007	Sinalização Visual Horizontal - vagas em via pública.
303/2008	18/12/2008	Sinalização Visual para Idosos (vertical e horizontal).
304/2008	18/12/2008	Sinalização visual vertical – vagas em via pública.